



Recomendação

Para a remoção dos relvados sem utilização lúdica

Numa época de urgência climática, não podemos olhar com indiferença para o desperdício do nosso bem comum mais escasso - a água.

O Bloco de Esquerda insiste em apresentar uma moção para a remoção dos relvados, cuja função seja meramente estética.

Tendo em conta que o principal motivo apontado para a reprovação da nossa moção anterior sobre este tema, nomeadamente por parte do PS, terá sido o texto demasiado generalista e que, por isso, poderia dar azo a múltiplas interpretações acerca do alvo das alterações propostas, reformulamos e especificamos o texto, clarificando a intenção subjacente e evitando desta forma, duplas interpretações.

Considerando que:

- I. É impossível ignorar as alterações climáticas e as suas consequências, sendo o problema tão grave, que é hoje uma das maiores ameaças à vida humana na terra e por isso, um dos nossos maiores desafios enquanto humanidade.
- II. A Crise climática exige medidas determinadas e concretas em contraponto a discursos vazios de ação subsequente.
- III. Tudo o que foi feito até hoje falhou, pois não se verificou uma quebra na poluição e destruição do ambiente, sendo que estamos hoje no caminho para o caos climático.
- IV. A resposta à crise climática deveria ser desenhada a nível internacional para que produza efeitos concretos, no entanto estas instituições não têm sido capazes de produzir uma resposta eficaz, como vimos mais recentemente com o Acordo de Paris ou com a COP 25, que não produziram qualquer resultado ou medida estrutural, indispensáveis, se queremos corrigir o nosso caminho para o desastre climático.
- V. Medidas estruturais implicam um outro regime que não o capitalista, predador de recursos, pois requerem uma mudança total do nosso modo de produção.
- VI. Porque o que nos impede de resolver a crise climática são os lucros e a “finança”, sempre mais importantes que as pessoas e a vida humana.
- VII. Porque hoje, já sabemos tudo o que há para saber sobre o clima e como resolver esta crise, o que nos impede de o fazer são os lóbis e os interesses financeiros.
- VIII. Porque devemos antes primar os nossos consumos por necessidades práticas e efetivas e não apenas lúdicas, impulsivas ou estéticas.

- IX. Porque sabemos que não está ao nosso alcance, enquanto autarquia, produzir uma estratégia nacional para o clima, mas há sim, coisas que podemos fazer para reduzir o nosso impacto ambiental.
- X. Propusemos, na anterior assembleia, a retirada da relva de espaços onde esta não tenha qualquer utilização para além de elemento estético como rotundas e canteiros.
- XI. Uma das respostas que surgiu por parte do PS e Câmara Municipal é que a retirada da relva de certos lugares tem vindo a ser feita. É verdade, nomeadamente nos anos de crise, como medida para baixar a conta da água paga pelo município. Mas o ambiente não pode estar refém dos anos de crise e quando não se pode pagar a conta da rega da relva.
- XII. Porque hoje, já com alguma folga orçamental, assistimos a um novo relvado em frente ao novo Museu de Artes do Carnaval e à introdução de tubagens de rega que ainda estão a céu aberto.

Assim, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 20 de fevereiro de 2020, delibera:

- I. A remoção de relvados da cidade e de outras localidades, em rotundas e canteiros urbanos que carecem de rega periódica e abundante, onde a relva é um elemento meramente estético, no âmbito da promoção efetiva da poupança de águas potáveis por parte do município, evitando o desperdício deste bem cada vez mais escasso.
- II. Nestes locais serão plantadas plantas autóctones que contribuem para a produção de oxigénio e purificação do ar, ao contrário da relva que é uma espécie que regista poucos benefícios face aos seus custos de manutenção e carece do consumo de grandes quantidades de água. Como alternativa, os espaços podem ser adornados com outros elementos decorativos, que não tornem os solos impermeáveis.
- III. A Assembleia garante também avaliar outros espaços que hoje são apenas relvados e plantar nos mesmos, espécies arbóreas autóctones, como por exemplo, os relvados em frente à Escola Padre Francisco Soares e Madeira Torres, o separador e rotundas da avenida da Várzea, as laterais ao longo à Rua Aurélio Ricardo Belo, entre outros.
- IV. Estão excluídas as áreas relvadas com claro interesse lúdico, como são os parques do choupal, da várzea e outros parques fora da cidade.

Estas ações permitirão uma redução do consumo de água potável para rega, sendo que a plantação de espécies arbóreas e autóctones, permite a produção de oxigénio, regulação dos cursos de água, tendo também a capacidade de produzir sombra e refrescar as áreas urbanas que, devido à ausência de árvores, estão mais expostas ao sol e ao aumento da temperatura.

Salientamos que tem vindo a ser prática adotada em outros municípios e é um contributo efetivo na resposta aos tempos que vivemos de urgência climática.

Para além disso, esta é uma moção em linha com a preocupação crescente das populações em relação à ação climática, assim como dos municípios como foi expresso no último congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em que participou o nosso Presidente de Câmara, e que adotou uma resolução em que assume:

“as alterações climáticas são uma preocupação universal” e que “os municípios estão empenhados em participar no combate às alterações climáticas e em tornar os seus territórios mais sustentáveis”.

Como preocupação não chega, não resolve por si, qualquer problema, a aprovação desta moção dita o princípio de uma política de efetiva de progressão ecológica por parte do Município de Torres Vedras, face aos desperdícios, adotando medidas efetivas de proteção dos recursos naturais.

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda

João Rodrigues